PROJETO DE LEI Nº , DE 2003

(Do Sr. Sandro Mabel)

Dispõe sobre as Diretrizes e Instrumentos da Política de Desenvolvimento do Centro Oeste, cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FUNDOESTE e a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – ADCO e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

Das Diretrizes e Instrumentos da Política de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Art. 1º A política de desenvolvimento do Centro-Oeste terá por base as diretrizes constantes desta lei.

Art. 2º De conformidade com o art. 3º, III e o art. 21, IX da Constituição Federal, a política de desenvolvimento do Centro-Oeste tem por objetivos fundamentais:

I – promover o desenvolvimento econômico e social da Região;

II – fortalecer a competitividade da Região e consolidar um ambiente favorável ao investimento, à inovação e à iniciativa privada;

III – construir parcerias para a formulação e implementação de políticas;

IV – promover ações de articulação institucional, de mobilização e divulgação para estimular investimentos e empreendimentos na Região;

V – induzir a emergência de uma nova cultura competitiva na Região, centrada na inovação e na modernização estratégica do setor produtivo.

Art. 3º A política de desenvolvimento do Centro-Oeste compreende:

I - as diretrizes, objetivos e metas resultantes da regionalização dos planos, programas e projetos setoriais de abrangência nacional, nos termos do art. 165, § 1º, da Constituição Federal;

II - as medidas corretivas, compensatórias e complementares decorrentes do demonstrativo regionalizado dos efeitos das políticas, planos e orçamentos federais, na Região, segundo o art. 165, § 6º, da Constituição;

III - as ações e os instrumentos definidos, estrita e exclusivamente para a Região, com o objetivo específico e explícito de redução das disparidades inter-regionais de desenvolvimento socioeconômico.

Art. 4º São considerados estratégicos e prioritários os programas e projetos regionais estruturadores e complementares, relativos às áreas de:

I – infra-estrutura, compreendendo: energia, telecomunicações, transportes, abastecimento de água, produção de gás, instalação de gasodutos e esgotamento sanitário;

II - atividade industrial e agro-industrial;

II - promoção de pólos dinâmicos;

III - apoio a incorporação de inovações tecnológicas;

IV - aumento da competitividade da produção.

Art. 5º - Constituem instrumentos específicos da política de desenvolvimento do Centro-Oeste, consoante o art. 21, IX; art. 43; art. 159, I; art. 163, VII; e art. 165, §§ 1º ao 6º, da Constituição Federal, os seguintes:

I - o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - os planos operativo e emergencial de abrangência regional;

III - os recursos financeiros destinados ao Centro-Oeste como decorrência da regionalização dos orçamentos federais plurianuais e anuais;

IV - os recursos de incentivos fiscais e financeiros destinados exclusivamente a apoiar investimentos específicos na Região;

V - os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FNO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FUNDOESTE;

VI - a igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do poder público;

VII - os juros favorecidos para financiamento de atividades de caráter prioritário;

VIII - as isenções, reduções ou diferimentos temporários de tributos federais, devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IX - os recursos, que couberem ao Centro-Oeste, da regionalização dos orçamentos do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal;

X - as ações dos órgãos federais com atuação exclusiva ou predominante na Região.

CAPÍTULO II

Do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Seção I Da Natureza, Recursos e Aplicações

Art. 6º Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FUNDOESTE, de natureza contábil, a ser gerido pela Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – ADCO, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos no setor produtivo da Região Centro-Oeste, observadas as diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Regional e nesta lei.

Parágrafo único. Até a aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, os recursos de que trata o *caput* serão aplicados em empreendimentos prioritários para o desenvolvimento regional, definidos pelo Conselho Deliberativo da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em conformidade com o disposto no art. 26, inciso II, desta Lei.

Art. 7º Constituem recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FUNDOESTE:

I – dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional;

II – eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos;

III – produto da alienação de valores mobiliários e dividendos de ações a ele vinculado;

IV – financiamentos obtidos junto a agentes financeiros nacionais ou internacionais;

V – outros previstos em lei.

§ 1º Enquanto não aplicados, os recursos serão remunerados pela taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os recursos não utilizados pelo Fundo até o final do exercício fiscal serão transferidos à sua conta para aplicação no exercício subsequente, observado o disposto nesta Lei.

Seção II

Das Aplicações do FUNDOESTE

Art. 8º O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FUNDOESTE terá como agentes operadores o Banco do Brasil S.A. e outras instituições financeiras federais, definidas em ato do Conselho Deliberativo da Agência de Desenvolvimento Regional.

§ 1º A remuneração do banco operador será definida pelo Conselho Deliberativo da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e não poderá ultrapassar a dois por cento do valor liberado para cada projeto.

Art. 9º Os recursos do FUNDOESTE terão aplicação limitada a cinquenta por cento do valor do projeto de investimento, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo da mobilização de recursos mediante empréstimo por parte do interessado junto às instituições financeiras federais.

Art. 10. A aplicação dos recursos do FUNDOESTE, na forma do art. 9º, será realizada preferencialmente em ações e, ainda, por meio do recebimento de debêntures conversíveis em ações ou debêntures simples, conforme dispuser o regulamento, observado o que estabelecem a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei n.º 10.303, de 31 de outubro de 2001.

§ 1º Os títulos de que trata o *caput* poderão ser negociados no mercado secundário de valores mobiliários, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

§ 2º A Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste deverá adotar, no caso das ações sob seu poder, as providências necessárias a fim de realizar a sua negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão, no prazo máximo de cinco anos, decorridos da implantação do empreendimento.

§ 3º As aplicações subscritas com recursos do Fundo deverão ter garantia real ou flutuante, cumulativamente ou não, conforme dispuser o regulamento.

§ 4º Nos casos em que for oferecida a garantia real, a que se refere o § 3º deste artigo, será admitida sua constituição em concorrência com outros créditos, além de fiança prestada pelos acionistas controladores, pessoas físicas e jurídicas.

§ 5º Na hipótese de debêntures com garantia flutuante, a empresa emissora deverá assumir, na escritura de emissão, obrigação de não alienar ou onerar bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade que faça parte do projeto sem a prévia e expressa autorização da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o que deverá ser averbado com o competente registro.

§ 6º A escritura de emissão das debêntures de que trata esta Lei far-se-á por instrumento público ou particular.

Art. 11. Não se aplicam às debêntures de que trata o art. 11 as disposições do § 1º do art. 57 e do art. 60 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como, as disposições dos arts. 66 a 70 da mencionada Lei, salvo, nesta última hipótese, se as debêntures forem distribuídas ou admitidas à negociação no mercado, quando será obrigatória a intervenção do agente fiduciário.

Art. 12. Na hipótese de utilização dos recursos do FUNDOESTE por companhia fechada, a aplicação dos recursos sob a forma de ações ou debêntures conversíveis em ações ficará condicionada a acordo de

acionistas em que fiquem assegurados os interesses do Fundo, conforme dispuser o regulamento.

Seção III

Do Cancelamento do Apoio Financeiro e Sanções

Art. 13. A empresa beneficiária dos recursos do FUNDOESTE deverá aplicar estes recursos de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas quando da aprovação do projeto, destinando-os, exclusivamente, aos investimentos programados.

Parágrafo único. Qualquer alteração nos investimentos programados ou nos objetivos do projeto dependerá da prévia e expressa aprovação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Art. 14. O descumprimento do disposto no art. 13, que caracterize desvio da aplicação dos recursos ou alteração dos objetivos do projeto, resultará no cancelamento do suporte financeiro do FUNDOESTE, com imediata suspensão de novas liberações de recursos.

§ 1º Nos casos de alteração dos objetivos do projeto, sem o atendimento do disposto no parágrafo único do art. 13, ficará a critério da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste manter a continuidade da liberação de recursos do FUNDOESTE, desde que comprovada a viabilidade técnica, econômica e financeira do novo empreendimento e demonstrada a capacidade econômico-financeira do grupo empreendedor, admitida à transferência de controle acionário.

§ 2º Consideram-se solidariamente responsáveis pela aplicação dos recursos do FUNDOESTE a empresa titular e seus acionistas controladores.

Art. 15. Comprovado o desvio da aplicação dos recursos, concomitantemente com o cancelamento do apoio financeiro do FUNDOESTE, ocorrerá:

I – nos casos de debêntures, o imediato vencimento dos títulos, a serem amortizados pelo valor do principal, atualizado pelo mesmo índice adotado para os tributos federais, a partir da data de seu recebimento, acrescido de multa de dez por cento e juros de mora de um por cento ao mês;

II – nos casos de ações, o recolhimento, pela empresa beneficiária ao FUNDOESTE, das quantias recebidas e não aplicadas ou desviadas, igualmente atualizadas e com os encargos referidos no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II do *caput* deste artigo, após o recolhimento dos recursos, a empresa beneficiária emissora fica autorizada a proceder à redução do capital social, proporcionalmente às ações subscritas pelo FUNDOESTE, com o conseqüente cancelamento dos respectivos títulos.

Art. 16. A inexistência de amortização das debêntures e de recolhimento dos recursos, quando aplicados sob a forma de ações, no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação, importará execução judicial.

Art. 17. As importâncias recebidas em função do disposto nesta Seção reverterão para o FUNDOESTE.

CAPÍTULO III

Da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – ADCO

Seção I

Da Natureza e Competência

Art. 18. Fica criada a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – ADCO, instituição típica do Estado, e passa a constituir agência autônoma, classificada como autarquia sob o regime especial, integrante do Sistema Federal de Planejamento, vinculada ao Ministério da Integração Nacional e com a finalidade institucional de promover o desenvolvimento social e econômico de sua área de atuação.

§ 1º A área de atuação da ADCO é constituída pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal, podendo contar com representações regionais.

§ 2º A natureza de autarquia especial conferida à ADCO é caracterizada por autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, autonomia nas suas decisões técnicas e mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.

Art. 19. São competências da ADCO:

I - propor, coordenar, supervisionar e avaliar a implantação do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sob supervisão do Ministério da Integração Nacional;

II - estabelecer diretrizes e prioridades para o desenvolvimento regional;

III - gerir o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

IV - aprovar e contratar projetos, liberar recursos, auditar, fiscalizar e avaliar os resultados da aplicação de recursos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

V - implementar estudos e pesquisas destinados à identificação de potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais e propor estratégias e ações compatíveis com o espaço regional;

VI - fortalecer as estruturas produtivas da região, a partir da mobilização do seu potencial;

VII - promover ações voltadas ao desenvolvimento social na região;

VIII - estruturar e implementar redes de informações em apoio às atividades produtivas;

IX - promover a cooperação técnica, tecnológica e financeira com organismos nacionais ou internacionais, voltada à integração e ao desenvolvimento regional;

X - elaborar estudos de viabilidade de projetos de integração e de desenvolvimento regional;

XI - implementar programas de capacitação gerencial, de formação e qualificação de recursos humanos adequados ao mercado regional;

XII - realizar estudos de ordenamento e gestão territoriais e avaliar impactos das ações de integração e de desenvolvimento na região, especialmente do ponto de vista ambiental;

XIII - verificar a adequabilidade dos projetos à política de desenvolvimento regional;

XIV - fiscalizar, diretamente ou mediante convênio com os agentes operadores, os projetos aprovados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

XV - administrar, diretamente ou mediante convênio com os agentes operadores, a carteira de valores mobiliários do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, inclusive a subscrição dos títulos e a representação legal ativa e passiva do Fundo.

Seção II

Da Estrutura Organizacional Básica

Art. 20. A estrutura operacional básica da ADCO será detalhada em Decreto do Poder Executivo.

Seção III

Do Conselho Deliberativo

Art. 21. Fica criado o Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Centro-Oeste que integra a estrutura do Ministério da Integração Nacional.

Art. 22. Ao Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Centro-Oeste compete:

I - aprovar o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Plano de Financiamento Plurianual;

II - estabelecer diretrizes e prioridades para o financiamento do desenvolvimento regional;

III - supervisionar a execução do Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o cumprimento das diretrizes referidas no inciso II;

IV - aprovar o contrato de gestão da entidade responsável pela implementação do Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

Seção IV

Da Diretoria Executiva

Art. 23. A ADCO será dirigida por uma Diretoria Executiva, composta de um Diretor-Geral e quatro diretores, devendo contar, também, com um Auditor-Geral e um Procurador-Geral, além de unidades especializadas incumbidas de diferentes funções, de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. A Diretoria reunir-se-á com a presença de, pelo menos, quatro Diretores, dentre eles o Diretor-Geral, e deliberará por maioria simples de voto, detendo o Diretor-Geral o voto de qualidade.

Art. 24. O Diretor-Geral e os demais diretores serão indicados pelos Governadores Estaduais em uma lista tríplice, sendo escolhidos e nomeados pelo Presidente da República dois diretores do Estado de Goiás, um diretor do Estado de Mato Grosso, um diretor do Estado de Mato Grosso do Sul e um diretor do Distrito Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

§ 1º A nomeação dos diretores somente se dará após aprovação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal.

§ 2º Os diretores deverão ser brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados.

§ 3º O Diretor-Geral será escolhido em sistema de rodízio entre os Estados.

Art. 25. As competências do Diretor-Geral, dos Diretores e a forma de substituição em seus impedimentos serão estabelecidas em Regulamento próprio.

Art. 26. À Diretoria Executiva compete:

I - exercer a administração da ADCO;

II - editar normas sobre matérias de competência da ADCO;

III - aprovar o regimento interno da ADCO;

IV - cumprir e fazer cumprir as diretrizes e propostas aprovadas pelo Conselho para o Desenvolvimento do Centro-Oeste;

V - verificar a compatibilidade dos projetos com o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste e com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Centro-Oeste;

VI - aprovar e autorizar a contratação de projetos a serem executados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

VII - encaminhar a proposta de orçamento da ADCO ao Ministério da Integração Nacional;

VIII - encaminhar os relatórios de gestão e os demonstrativos contábeis da ADCO aos órgãos competentes;

IX - autorizar a divulgação de relatórios sobre as atividades da ADCO;

X - decidir pela venda, cessão ou aluguel de bens integrantes do patrimônio da ADCO;

XI - notificar e aplicar as sanções previstas na legislação;

XII - conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de membros da Diretoria.

Seção V

Do Patrimônio, das Receitas e da Gestão Financeira

Art. 27. Constituem patrimônio da ADCO os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem conferidos ou os que venha a adquirir ou Incorporar.

Art. 28. Constituem receitas da ADCO:

I - dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União;

II - transferências do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, equivalente a dois por cento do valor de cada liberação de recursos, a título de remuneração pela gestão daquele Fundo;

III - quaisquer outras receitas não especificadas nos incisos I e II.

Art. 29. A aquisição de bens e a contratação de serviços pela ADCO poderá se dar nas modalidades de consulta e pregão, observados os arts. 55 a 58 da Lei nº9.472, de 1997, nos termos de regulamento próprio.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às contratações referentes a obras e serviços de engenharia, cujos procedimentos deverão observar as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

Art. 30. Aplica-se à ADCO o disposto nos arts. 26 e 35 da Lei nº9.961, de 28 de janeiro de 2000.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 31. Enquanto não dispuser de qualificação técnica para análise de viabilidade econômico-financeira de projetos, avaliação de risco dos tomadores e fiscalização de projetos apoiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a ADCO firmará convênio ou contrato com entidades federais detentoras de reconhecida experiência nessas matérias.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Integração Nacional reconhecerá a qualificação da ADCO para o exercício da competência a que se refere o *caput*.

Art. 32. Os empreendimentos enquadrados em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional que se instalarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem na área de atuação da

ADCO, ficarão isentos do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base na exploração, pelo prazo de dez anos a contar do exercício financeiro seguinte ao ano em que o empreendimento entrar em fase de operação ou, quando for o caso, ao ano em que o projeto de modernização, ampliação ou diversificação entrar em operação, segundo laudo constitutivo expedido pela ADCO.

Art. 33. Os regulamentos próprios da ADCO referidos e estabelecidos na forma desta lei terão ampla divulgação interna e publicação no Diário Oficial da União.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Região Centro-Oeste possui imenso potencial econômico que está sendo mal utilizado. Com um produto em torno de R\$ 80 bilhões – valor tímido para a capacidade produtiva da Região – ela ainda tem muito a contribuir em termos de produtividade e competitividade no comércio externo. A participação do Centro-Oeste, mesmo assim, pode ser considerada bastante expressiva nos resultados da balança comercial brasileira, especialmente com a exportação de grãos e carne.

A riqueza do Centro-Oeste não se encontra, no entanto, somente no agronegócio: ela se manifesta, também, em outros setores

econômicos, atualmente menos expressivos, mas que, no futuro e com a fundamental contribuição de políticas e instrumentos eficientes, podem tornar-se dinâmicos e promissores, como o turismo, especialmente o ecoturismo no Pantanal sul-mato-grossense.

Urge, portanto, que se incentive e estimule o desenvolvimento das suas potencialidades regionais. Para tanto, é fundamental a adoção de políticas públicas voltadas para o fomento da atividade produtiva regional e para a articulação e viabilização de fontes de financiamento, de forma a atrair investimentos e empreendimentos produtivos para a Região. Essa política deve igualmente conceder apoio a projetos de infra-estrutura econômica e social, bem como a implantação de uma rede de parcerias entre o setor público e o privado.

A proposta de criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – ADCO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FUNDECO, contida no projeto de lei que ora apresentamos, é fruto do anseio e solicitação das entidades que compõe o **Fórum Empresarial**, que preocupados com o desenvolvimento desta região, vê neste projeto um instrumento para fomentar o desenvolvimento do Centro-Oeste, onde significa um primeiro passo no preenchimento de uma lacuna na política de desenvolvimento regional do Brasil. Entre os objetivos da nova Agência, constam a promoção do desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste, o fortalecimento da sua competitividade, a construção de parcerias para a formulação e implementação de políticas e a promoção de ações de articulação institucional para estimular investimentos e empreendimentos locais. Visa também à indução ao surgimento de uma nova cultura competitiva na Região, centrada na inovação e na modernização estratégica do setor produtivo.

Nossa proposta pretende, portanto, fortalecer as condições de competição da Região, por meio de adoção de instrumentos e ações que ampliem e solidifiquem a infra-estrutura regional e contribuam para a melhoria dos indicadores econômicos e sociais do Centro-Oeste.

Fizemos questão de estabelecer que a Agência de Desenvolvimento deverá considerar estratégicos e prioritários os programas e projetos regionais voltados para a melhoria da infra-estrutura econômica, para a

estruturação das atividades industriais e agro-industriais, para a promoção de pólos dinâmicos, para o apoio à incorporação de inovações tecnológicas e para o aumento da competitividade da produção.

A Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, temos certeza, será o principal instrumento para a expansão da produção e das exportações da Região, vez que alicerçará sua atuação no fomento e na promoção de investimentos que favoreçam o processo de crescimento econômico, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Para a aprovação do presente projeto de lei, contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Sala das Sessões, em de de 2003 .

Deputado Sandro Mabel